

A educação brasileira no período de 1500 a 1960: notas introdutórias

Nara Nair Coelho da Silvaⁱ 

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE), Limoeiro do Norte, CE,
Brasil

Marcos Adriano Barbosa de Novaesⁱⁱ 

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE), Limoeiro do Norte, CE,
Brasil

Ruth Maria de Paula Gonçalvesⁱⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

A educação brasileira passou por diversas fases que tiveram forte influência dos aspectos políticos e econômicos, tanto na criação, quanto nas formulações e reformulações das políticas educacionais. Dito isso, realizamos, neste estudo, um breve resgate histórico, desde a chegada dos jesuítas ao Brasil, em meados de 1500, à década de 1960. Objetivamos, pois, apresentar o processo histórico, político e econômico da educação brasileira, do período de 1500 a 1960, evidenciando, assim, o papel do Estado na oferta da educação escolar. Para isso, realizamos uma pesquisa de natureza bibliográfica narrativa com abordagem qualitativa. A partir desse estudo, percebemos que as diversas iniciativas no campo da educação estão atreladas aos aspectos político e econômico que as políticas educacionais, ao mesmo tempo que procuram democratizar o acesso escolar, têm corroborado para o processo de discriminação e exclusão numa sociedade dividida em classes. Concluímos, assim, que a expansão da cobertura educacional no Brasil foi um processo lento e permeado por lutas, cuja característica predominante foi a formação tecnicista dos filhos da classe trabalhadora para atuação destes como mão de obra.

Palavras-chave: Educação brasileira. Estado. Políticas educacionais. Classe trabalhadora.

Brazilian education in the period from 1500 to 1960: introductory notes

Abstract

Brazilian education went through several phases that were strongly influenced by political and economic aspects, both in the creation and in the formulation and reformulation of educational policies. Having said that, we carried out in this study, a brief historical review, from the arrival of the Jesuits in Brazil, in the mid-1500s, to the 1960s. We aim, therefore, to present the historical, political, and economic process of Brazilian education, from 1500 to 1960, thus evidencing the role of the State in providing school education. For this, we carried out a research of a narrative bibliographic nature with a qualitative approach. From the study, we realize that the various initiatives in the field of education are linked to the political and economic aspects that educational policies while seeking to democratize school access, have contributed to the process of discrimination and

exclusion in a society divided into classes. We conclude, therefore, that the expansion of educational coverage in Brazil was a slow process, permeated by struggles, whose predominant characteristic was the technical training of the children of the working class to act as the workforce.

Keywords: Brazilian education. State. Educational policies. Working class.

1 Introdução

2

Para compreendermos as medidas governamentais implementadas nas atuais políticas educacionais no Brasil é necessário conhecermos os elementos macroestruturais que regimentam nosso país. Para tanto, não buscamos esgotar o debate em sua gênese, mas traçar aspectos mais genéricos, tomando como ponto de partida, os estudos sobre a história da educação brasileira. Neste sentido, o presente artigo objetiva discorrer sobre o processo histórico, político e econômico da educação brasileira entre o período de 1500 a 1960, evidenciando o papel do Estado na oferta da educação escolar.

Partimos, então, do contexto colonial, reconhecido na literatura como o período referente à chegada dos jesuítas em nosso país. Nesse cenário, houve forte influência do catolicismo no direcionamento do modelo educacional implementado. Somado a isso, discutiremos, em linhas gerais, sobre a importância que era dada à educação em algumas constituições, a exemplo da primeira Constituição Federal (CF) do ano de 1824, que apresentava apenas dois parágrafos de um único artigo à educação, sem menção à destinação de verbas para esse setor, e a CF de 1934, que destinou recursos financeiros para o ensino.

Para tanto, o artigo se organiza em duas partes: a primeira enfatiza as políticas, estrutura e organização da educação no período de 1500 a 1930, já a segunda retrata o percurso das políticas educacionais dos anos 1930 a 1960. A pesquisa possui uma natureza bibliográfica narrativa com abordagem qualitativa baseada em Freitag (1980); Ribeiro (1992); Shiroma et al (2002); entre outros. Para perscrutarmos nosso objetivo, partimos das seguintes indagações: qual o contexto histórico, político e econômico da criação das políticas educacionais no Brasil de 1500 a 1960? Qual o papel do Estado na oferta da educação escolar neste período.

Por fim, diante dos problemas educacionais do Brasil, compreendemos que houve avanço significativo no que diz respeito à ampliação da cobertura educacional, determinação de financiamento para a educação e uma organização do sistema educacional do país. No entanto, salientamos o caráter dualista desta educação, expressada pelas políticas destinadas aos filhos da classe trabalhadora, com vistas a formação de mão de obra qualificada e diversificada, necessária para o mercado.

3

2 Políticas, estruturas e organizações de 1500 a 1930

No contexto do Brasil colônia (1530 a 1822), o modelo vigente de economia que se encontrava era o agroexportador, caracterizado pela produção dos utensílios primários fabricados e exportados para as metrópoles. Somado a isso, o engenho de açúcar teve importância no processo de exportação para diversos países, principalmente para a metrópole portuguesa. Aranha (2006) comenta que o trabalho nos engenhos explorava a mão de obra dos índios e, posteriormente, dos negros africanos. Assim, a estrutura econômica colonial estava alicerçada sob a tríade: latifúndio, escravidão e monocultura.

Vale destacar que a manufatura se apresentava por meio da monocultura. Deste modo, a economia tinha como segurança a exportação de um só produto, seja do ouro, do açúcar, do café ou da borracha.

Discorrendo sobre esta questão, Ribeiro (1992) expõe que em 1549 Tomé de Souza chega ao Brasil com quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados pelo Padre Manoel de Nóbrega. Este trazia na bagagem um plano educacional, cuja perspectiva era a de catequisar e instruir os índios. Dessa forma, em 1556, se constituiu a companhia de Jesus, que visava repassar os conhecimentos da doutrina católica aos indígenas, ensinando-os a ler, escrever e contar. Saviani (2019) afirma que Nóbrega trouxe da capital portuguesa, Lisboa, meninos órfãos que passaram a ser alunos do Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia e do Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente. Tudo isso foi feito com o objetivo de conquistar as crianças

dos gentios e, por conseguinte, afetar seus pais, principalmente os caciques, na tentativa de os converter para a fé católica e, conseqüentemente, toda a tribo.

Dito isso, a educação dos jesuítas assumia seu caráter colonizador. Assim, o trabalho missionário e pedagógico dos religiosos objetivava evitar que os gentios se desviassem da fé católica. Além disso, a igreja católica era a principal forma de homogeneizar a sociedade através da ligação entre fé e consciência.

4

Ribeiro (1992) ressalta que, em 1599, foi implantado o *Ratio Studiorum*, que se apoiava pelo plano de estudo e organização da companhia de Jesus. De acordo com Aranha (2006), este documento, publicado em 1559 pelo padre Aquaviva, determinava não só a ação pedagógica dos jesuítas, mas também a organização administrativa. A organização do plano de estudos do documento supracitado destinava-se a todos os indivíduos que compunham a hierarquia social da época como o “[...] o provincial, o reitor e o prefeito dos estudos até o mais simples professor, sem se esquecer do aluno, do bedel e do corretor [...]” (ARANHA, 2006, p. 128). Conseqüentemente, os colégios jesuíticos foram instrumentos importantíssimos para a formação da elite colonial.

A partir da assertiva acima, podemos discorrer, com base em Aranha (2006), que o período de consolidação da instrução da elite difere do processo educacional ofertado aos indígenas, cuja função precípua da educação era catequizar, ou seja cristianizar, deixá-los pacíficos; assim, estariam aptos para o trabalho. No entanto, para os filhos dos colonos, a educação atendia, para além da escola, elementos de ler e escrever.

Nesse contexto, Costa et al (2020) afirmam que:

Durante todo o século XIX que é o período Imperial no Brasil, o ensino será elitista e propedêutico. Elitista porque continua tendo acesso ao ensino no Brasil os filhos dos nobres e os próprios nobres. E propedêutico porque se trata de um curso ou parte de um curso introdutório de disciplinas em artes, ciências, educação, etc [...] (COSTA, et al., 2020, p. 05).

Segundo Aranha (2006), o ensino nos colégios jesuíticos estava orientado a partir do *Ratio Studiorum* e era aplicado nos cursos de *Studio Inferiora* e no *Studia superiora*. Sendo assim, os pressupostos didáticos dos jesuítas se realizavam

através do exercício de repetição, a fim de consagrar o processo de memorização. Somado a isso, praticavam, nesse período, a emulação, caracterizada pelo incentivo à competição entre os sujeitos e as classes dos alunos.

Em mesma perspectiva histórica, Freitag (1980) assinala que o período colonial se caracterizava pela carência de instituições autônomas, nas quais a sociedade política pudesse se fundamentar, evidenciando que a Igreja respaldava a sociedade civil e a economia agroexportadora, alicerçando a infraestrutura daquele momento. Nesse cenário, a produção fundada na monocultura latifundiária necessitava de habilidades e diversificação para desempenhar a força de trabalho. Esta, por sua vez, era formada durante a realização do trabalho. Cabe ressaltar, porém, que ainda não havia a necessidade da reprodução da força de trabalho nas escolas. Estas eram utilizadas como uma forma de estruturação das classes sociais e da reprodução de uma sociedade escravocrata, na qual predominavam as relações de dominação e a reprodução de uma ideologia dominante. Neste sentido, observa-se que as escolas jesuíticas se ocupavam em:

[...] prepararem os futuros bacharéis de belas-artes, direito e medicina, tanto na Colônia como na Metrópole, fornecendo assim quadros dirigentes da administração colonial local, formavam ainda futuros teólogos, reproduzindo os seus próprios quadros hierárquicos, bem como os educadores, recrutando quase que exclusivamente do seu meio. [...] (FREITAG, 1980, p. 47)

Em outras palavras, os jesuítas objetivavam deixar os escravos maleáveis e dóceis para a dominação, prática semelhante àquela direcionada à população indígena. Contudo, Ribeiro (1992) ressalta que em 1759 ocorreu a expulsão da Companhia de Jesus em Portugal. Anterior à expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII, Portugal vivenciava um momento conflituoso pois, de um lado, estava o poder religioso, até então dominante; de outro, a visão irracionalista, fundamentada pela lógica. Este cenário é marcado pela ambiguidade entre fé e ciência.

Assim, Sebastião José de Carvalho e Melo, que mais tarde viria a ser o Marquês de Pombal, junto com outros portugueses, começaram a disseminar novas ideias, de influência iluminista

[...] defendiam o desenvolvimento cultural do Império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitarista; pelo “derramamento das luzes da razão” nos mais variados setores da vida portuguesa; mas voltaram-se especialmente para a educação que precisaria se libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino mantinha, conforme entendam, preso a Aristóteles e acesso aos métodos modernos de fazer ciência [...] (SAVIANI, 2019, p. 80).

6

Ainda que, segundo Freitag (1980), a igreja católica tenha mantido as práticas educacionais que os jesuítas exerceram no Brasil. Neste cenário, a economia, o modelo vigente permanece o agroexportador, mudando o campo da produção do cultivo de açúcar para o café. Então, a força de trabalho escrava foi substituída pela dos imigrantes, já que se apresentava em grande escala, pois geralmente chegavam de seus países qualificados para o trabalho e aptos a desempenhar as atividades propostas.

Em 1807, Portugal sofreu invasão das tropas francesas. Assim, a corte foi forçada a fugir para a colônia brasileira, ocasionando diversas transformações. Nesse período, também se sucedia a abertura dos portos, mesmo que fosse temporariamente, o que possibilitou um índice alto de contato entre os indivíduos de ideias distintas. Posteriormente, em 1815, houve uma intensificação na abertura desses portos, principalmente na França. Ainda assim, Ribeiro (1992) destaca que, no Brasil, em 1810, foi criada a academia Real Militar e, em 1812, a escola de Serralheiros em Minas Gerais. No ano de 1820 ocorreu a revolução constitucionalista, através da qual se buscava a liberação do regime, ou seja, um fortalecimento das cortes ao absolutismo real.

No que se refere ao campo educacional, Costa et al (2020) afirma que:

O ensino nesse momento é dividido em Ensino Elementar, Ensino Secundário e Ensino Superior. O Ensino Elementar surgiu no Brasil em 1823. Uma Assembleia Constituinte que discutiu a estruturação da educação. Em 15 de Outubro de 1827 cria-se uma lei para a criação de escolas de primeiras letras em todo império, vilas e cidades. Em 1834 surge uma reforma, apesar de a educação ficar a cargo do poder central, o Ensino Elementar, Secundário e o de formação de professores passa a ser de responsabilidade das províncias [...] (COSTA, *et al.* 2020, p. 05)

Assim, em 25 de março de 1824, Dom Pedro I promulgou a primeira constituição brasileira. Sobre tal documento, Vieira (2007, p.293) assinala que “A Constituição de 1824 estabelece princípios de um liberalismo moderado expressando a busca de separação entre Colônia e Metrópole, processo marcado por ambiguidades e contradições.” Não obstante, a carta destinava apenas dois parágrafos de um único artigo para a educação, os quais prometiam a garantia da instrução primária gratuita para todos, o que, entretanto, não ocorreu na prática (VIEIRA, 2007).

No tocante a afirmação feita pela autora citada anteriormente sobre o espaço que a educação ocupava na carta de 1924, explicitamos que:

[...] a primeira constituição do Império do Brasil que se limitou a afirmar, no inciso 32 do último artigo (179) do último título (VIII), que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. A isso se reduziu, constitucionalmente, a necessidade de uma legislação especial sobre a instrução pública proclamada por Dom Pedro no discurso que inaugurou os trabalhos da Assembleia Constituinte [...] (SAVIANI, 2019, p. 123).

Dessa maneira, os dirigentes buscavam privilegiar a classe média/alta, visto que eram seus representantes que tinham tempo livre para dedicar-se aos estudos. Por outro lado, os pobres tinham seu tempo todo destinado ao processo de produção, não havendo, portanto, tempo para destinar aos estudos.

Nessa perspectiva, com a renúncia de D. Pedro I, em 1834 foi instaurado o Ato Adicional à Constituição, o qual delibera autonomia às províncias. Em 1850, então, houve a consolidação do Império e do modelo agrário-comercial exportador, uma vez que a classe média estava se expandindo cada vez mais. Não obstante, de acordo com Ribeiro (1991), a década de 1850 foi um período bastante promissor para a educação, principalmente para a Corte. Em 1854, houve a criação do ensino para cegos e, em 1856, para surdos-mudos. Porém, tais ensinamentos eram de instrução primária para iniciação técnica.

No que se pese à instrução primária, esta se caracterizava por aulas que buscavam ensinar a ler, escrever e calcular, já o ensino secundário era voltado para indivíduos do sexo masculino e visava a preparação para o ensino superior. No entanto, nem todos conseguiam conciliar a preparação para o ensino superior e a

formação humana de nível médio, pois o que conseguiam desenvolver eram atividades para a preparação do nível superior.

No Brasil, os colégios que conseguiam conciliar o ensino de formação humana de nível médio e a preparação para o ensino superior eram Caraça, tendo como responsável Lazaristas, e o Ginásio Baiano Franceses (1858-1871), sob o comando de Abílio César Borges. Conseqüentemente, o governo central deixou esses dois ensinos sobre a responsabilidade das províncias, o que beneficiou a classe média. Diante de todo esse percurso, Ribeiro (1992) evidencia que houve uma certa elevação na economia, porém, no final do século XIX não havia verbas suficientes para destinar à educação, no sentido de desenvolver o ensino primário à população. Contudo, a instrução primária dos indivíduos não tinha importância para a Monarquia brasileira, uma vez que os investimentos neste recurso eram praticamente inexistentes.

Nessa perspectiva, Ribeiro (1992) destaca que, no Brasil, não ocorreu a distribuição racional das escolas porque predominava a dualidade entre escolarizados, representados pela classe média-alta, e não-escolarizados, a exemplo dos trabalhadores. A escolarização destes últimos, portanto, era vista como ameaça às elites, já que a classe trabalhadora poderia adquirir conhecimentos cada vez mais elevados e, por conseguinte, poderiam vir a fazer parte do pequeno e seletivo grupo social de pessoas alfabetizadas.

Em 1859, o colégio Pedro II apresenta pela primeira vez a 5ª série especial, a qual oferecia o direito aos indivíduos que desejassem parar seus estudos nesse período e, assim, receber um certificado de ensino de formação humana de nível médio. No entanto, como a classe trabalhadora não tinha possibilidade de frequentar a escola, essa ação não obteve êxito, uma vez que os estudantes buscavam os 3 (três) anos seguintes que davam possibilidades de ingressar no ensino superior, visto que o referido colégio era um estabelecimento de ensino padrão, voltado para a preparação para o ensino superior.

Nesse sentido, Ribeiro (1992) ressalta que o modelo do Colégio Pedro II acabou influenciando os Liceus Franceses para que pudesse haver modificações seu ensino, já que eles buscavam a conciliação da formação literária e científica. No

entanto, diante da influência do referido colégio, era dada maior importância para a formação literária. Dessa forma, em 1862, ocorreu uma reforma em que se destacava a importância dos ensinamentos literários na França e, em 1870, o ensino científico volta a ter relevância para a formação dos sujeitos. Ademais, entre 1876 e 1878 houve a Reforma de José Bento da Cunha Figueiredo, a qual transformou o colégio Pedro II em um curso preparatório para o exame do ensino superior. Então, em 1879, ocorreu a Reforma de Leôncio de Carvalho (decreto 19/04/1879), que defendia a liberdade de ensino, através da qual todos se sentissem confortáveis para aprender e expor suas ideias.

Diante de todo esse percurso, em 1889, ocorreu a Proclamação da República e, em seguida, começou-se a organizar a escola brasileira por meio da Constituição de 1891, fundamentada na separação entre os poderes exercidos pela Igreja e pelo estado, em busca da laicidade do ensino, conforme promulga o art. 72, § 6º. Ainda nesse mesmo período, ocorre a Reforma Benjamin Constant “[...] que aprova os Regulamentos da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, do Ginásio Nacional (Decretos nº 981/90 e nº 1.075/90, respectivamente) e do Conselho de Instrução Superior (Decreto nº 1.232-G/91).” (VIEIRA, 2007, p. 295). Por conseguinte, em 1920, são realizadas as Reformas Pedagógicas, que buscavam implantar a escola primária integral. Dessa forma, no ano de 1925 o ensino primário da Bahia sofreu uma reforma, a qual buscava:

Exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhes o interesse dos ideais e conquistas da humanidade, ministrando as noções rudimentares de literatura e história pátria, fazendo-os manejar a língua portuguesa como instrumento do pensamento e da expressão [...] (NAGLE, 1974, p. 212).

Vale destacar que, neste período, a economia se sustentava por meio das exportações de produtos da monocultura, visto que o modelo agroexportador subsistiu até se instaurar a crise econômica mundial de 1929. Freíttag (1980) salienta que, no Brasil, tal desequilíbrio econômico resultou na crise do café. Ressaltamos que, apesar de haver uma carência considerável de uma política educacional

estatal, foi somente em 1930, no governo de Getúlio Vargas, que se criou o primeiro Ministério da educação e da Saúde.

Por fim, diante de todo esse processo histórico educacional até os anos 1930, pode-se destacar que o Estado buscou meios para conseguir desenvolver atividades fortalecedoras para a educação brasileira. Porém, é necessário evidenciar que, nesse percurso, havia, a hegemonia da classe média, que era, de toda forma beneficiada.

3 Políticas, estruturas e organizações da Educação brasileira de 1930 – 1960

O período compreendido entre as décadas de 1930 a 1960 é permeado pelo pensamento reformista para o campo educacional. Nesse período, foram criados o Ministério Educação e da Saúde, tendo como dirigente Francisco Campos e, em 1931, o Ministério do Trabalho, Indústria e do Comércio. Nesse contexto, as economias mundiais buscavam saídas da crise de 1929, o que impulsionou a busca pela efetivação do desenvolvimento industrial no país.

Durante esse percurso, em 1932, é publicada a Reforma de Francisco Campos, por meio da qual são efetivados vários decretos que possibilitavam a criação do Conselho Nacional da Educação, a organização do ensino secundário, ensino comercial, dentre outros. Somado a isso, no ano de 1934, é promulgada a nova Constituição, sendo a primeira a destinar recursos diretos à educação. Esse financiamento, segundo Vieira (2007), pôs em destaque, no art. 156, pela primeira vez que compete “[...] ‘à União e aos municípios aplicar ‘nunca menos de dez por cento e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do sistema educativo’ [...]” (VIEIRA, 2007, p. 07). Vieira (2007) afirma que era destinada aos professores, estabilidade por meio de remuneração condigna, enquanto estivessem exercendo seu papel. Já para as crianças e jovens, havia o ensino primário gratuito e obrigatório. Ressalta-se ainda que foram atribuídas às empresas que estivessem com mais de 50 trabalhadores o dever de ofertar, de forma gratuita, o ensino primário.

No decorrer do governo de Vargas, surge um novo período que é marcado pelo autoritarismo, posto que em 1937 foi implantado o Estado Novo, com traços ditatoriais que objetivavam um processo de muitas modificações. Diante disso, é decretada a Constituição de 1937, que definia no artigo 15, inciso IX, a ampliação da competência da União, visando "fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude" (VIEIRA, 2007, p. 298). Nessa carta, o Estado priorizava o ensino profissional, que seria destinado à classe trabalhadora, trazendo, com isso, mais benefícios à classe burguesa, uma vez que o ensino superior se tornaria menos concorrido. A instrução técnica-profissional daria uma formação de curta duração para os/as jovens oriundas/os da classe trabalhadora, que ingressariam mais rapidamente no mercado de trabalho.

Dessa forma, fica evidente o caráter classista do Estado, cujo interesse estava voltado a beneficiar a sociedade burguesa, propondo o crescimento das indústrias, bem como a exploração dos empregados, os quais seriam bem treinados para desempenhar as diversas funções no setor produtivo. Nesse sentido, Shiroma et al (2002) enfatizam que o Estado buscava estratégias para equacionar a "questão social", sendo o ensino profissionalizante e pré-vocacional o primeiro dever do Estado.

Freitag (1980, p.53) evidencia que este fato "além de produzir e reproduzir a força de trabalho para o processo produtivo, garante a consolidação e reprodução de uma sociedade de classes", deixando claro que quem mais usufrui dessa dualidade são os burgueses. Diante desse percurso, em 1938, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e, nos anos de 1940, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional e os Direitos trabalhistas, garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse período também é marcado pelas reformas educacionais que consolidaram as Leis Orgânicas de Ensino, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Em 1946, é promulgada uma nova Constituição, que buscava "legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional" (art. 5º, XV). Nela, é apresentada a

educação como um direito a todos. No entanto, deixa claro que somente a instrução primária seria gratuita, visto que os próximos ensinos seriam liberados exclusivamente para os indivíduos que provassem insuficiência de recursos.

Nos anos de 1950, houve a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNP), da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. Ribeiro (1992) evidencia que, em 1948, foi formulado um projeto de Lei, escrito pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariano e conduzido à Câmara Federal. Este projeto foi transformado na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961 (LDB 4024/61).

Por fim, podemos destacar que de 1930 a 1960 a educação passou por turbulências, visto que os dirigentes do país buscavam meios que pudessem favorecer sua própria classe, o que repercutia na exclusão do ensino de qualidade para a classe trabalhadora. Por esse motivo, esta última era explorada em seus direitos trabalhistas, aprofundando a divisão de classes entre os indivíduos.

4 Considerações finais

Em face do que foi exposto, compreendemos que diante dos contextos histórico político e econômico, a educação vem conseguindo avançar através de muitas lutas, mesmo com as constituições apresentando contradições entre o que diz a lei e as práticas nas políticas educacionais.

Frente ao percurso da educação, é notório a distinção do tipo de educação ofertada para uma sociedade dividida em classes. Por isso, a possibilidade de ofertar uma educação de qualidade para todos e todas está longe de ser uma realidade, uma vez que o sistema educacional brasileiro é historicamente marcado por discriminação e exclusão.

Por fim, torna-se válido destacar os avanços que a educação brasileira alcançou ao longo do período aqui exposto, a exemplo da conquista do espaço

ocupado dentro carta magna cidadã; ou seja, a Constituição Federal de 1988, que continha dez artigos específicos (art. 205 ao 214). Somado a isso, são criadas as Leis De Diretrizes e Bases da Educação, bem como o Plano Nacional de Educação, onde é estabelecido o percentual de investimentos em educação.

Dito isso, este estudo buscou contribuir com as discussões do direito à educação no Brasil no que se refere ao acesso, à permanência, ao financiamento e à construção de uma educação socialmente referenciada. Ademais, não buscamos esgotar aqui as reflexões realizadas, mas possibilitar novos caminhos para os estudos da organização e legislação da educação básica.

No entanto, defendemos que o conhecimento historicamente produzido pela humanidade deva ser disponível a toda a classe trabalhadora. Portanto, almejamos que a educação possa, como complexo social, contribuir para a superação do modo de produção capitalista, possibilitando que os trabalhadores e trabalhadoras possam vislumbrar uma sociabilidade não mais fundada pela divisão de classes nem pela exploração do homem pelo homem.

Referências

BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1891. vol. II. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

COSTA, M. A. A. da; SOUZA, D. da S.; BRAÚNA, C. J. D.; NOBRE, M. N. G.; HOLANDA, R. M.; COLARES, A. A. Caminhos da formação docente no Brasil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. **Ensino em Perspectivas**, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4575>. Acesso em: 08 ago. 2021.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 7. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 238p.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992. 98p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

SHIROMA, Eneida Oto. MORAES, Maria Célia M. EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. 144p.

VIEIRA, Sofia Lerch. A educação nas Constituições brasileiras: texto e contexto. **R. bras. Est. pedag., Brasília**, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1469/1208>. Acesso em 02 jul. 2021.

ⁱ **Nara Nair Coelho da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7001-6599>

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Graduanda em Pedagogia na FAFIDAM/UECE e monitora da disciplina de Planejamento e Política Educacional.

Contribuição de autoria: Elaboração textual

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9861714454501087>

E-mail: nara.coelho@aluno.uece.br

ⁱⁱ **Marcos Adriano Barbosa de Novaes**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5003-5418>

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Doutorando em Educação PPGE/UECE. Mestre em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/FAFIDAM/FECLESC). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional da Educação Superior.

Contribuição de autoria: Elaboração textual e revisão

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1961834033258119>

E-mail: marcos.adriano@aluno.uece.br

ⁱⁱⁱ **Ruth Maria de Paula Gonçalves**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0070-4123>

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UECE) com atividades de pesquisa na área de Formação do Educador discutindo as Pedagogias do Aprender a Aprender e a repercussão de uma suposta crise do construtivismo na formação do educador e a relação Trabalho e Educação no Contexto da Crise Contemporânea do Capital, uma Crítica aos Paradigmas Pós-Modernos da Formação Docente.

Contribuição de autoria: Elaboração textual e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7515124468091526>

E-mail: depaularuth@gmail.com

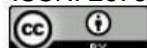
Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-15, 2021

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>

ISSN: 2675-9144



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

SILVA, Nara Nair Coelho; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. A educação brasileira no período de 1500 a 1960: notas introdutórias. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-15, 2021.